

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.405 - MG (2019/0327297-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : FLAVIO JOSE RODRIGUES
ADVOGADOS : MÁRIO DE LIMA RODRIGUES JÚNIOR - MG142836
SAULO RICARDO ALBUQUERQUE REIS NETO - MG142841
DIEGO AUGUSTO DE REZENDE BARBOSA - MG142189
RENATO ARMANELLI GIBSON E OUTRO(S) - MG095609
RECORRIDO : CAROLINA CROCE REZENDE MILAGRE BARRIONUEVO
ADVOGADOS : NILO ROBERTO GOULART - MG070919
THALES WAGNER GALDINO LOPES - MG104376
JANAINA MARIA GALDINO LOPES - MG120856

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por **FLAVIO JOSE RODRIGUES** com fundamentado na alínea "a" e "c" do permissivo constitucional, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 149, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS - IDENTIDADE DE PARTES, PEDIDO E CAUSA DE PEDIR A PROCESSO ANTERIORMENTE AJUIZADO, COM EXTINÇÃO POR ILEGITIMIDADE ATIVA - VÍCIO NÃO SANADO - COISA JULGADA FORMAL CONFIGURADA - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - NÃO CONFIGURAÇÃO. A teor do art. 337, §§1º e 4º, do CPC/2015, configura coisa julgada a reprodução de ação anteriormente ajuizada e já decidida por sentença de que não caiba recurso. Assim, tratando-se a presente ação de feito que possui idênticas partes, pedido e causa de pedir de ação, também da mesma natureza, ajuizada previamente, com extinção por ilegitimidade ativa já proferida e transitada em julgado, e não tendo o vício sido devidamente sanado, caracterizada está a coisa julgada formal, o que impõe a extinção do feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, V, do CPC/2015. Não há que se falar em litigância de má-fé quando não ficou comprovado nos autos nenhum indício de que a parte tenha agido com tal intuito ou violado qualquer dever processual.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados com a aplicação de multa em razão do intuito protelatório (fls. 192-198, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 201/217, e-STJ), a parte recorrente aponta ofensa aos artigos 4º, 17, 486 e 504 do CPC/2015 e 927 do CC, afirmando que não há que se falar em coisa julgada, na medida em que na presente ação superou o vício que ensejou a extinção do outro processo, demonstrando que é parte legítima para propor a nova ação, já que, apesar de não ser proprietário do veículo, suportou os prejuízos decorrentes do acidente de trânsito.

Aduz, ainda, que os embargos de declaração foram opostos com o fim de prequestionar a matéria, motivo pelo qual a multa fixada na origem deve ser afastada, nos

termos do artigo 1.025 do CPC/2015 e Súmula 98 do STJ.

Contrarrazões às fls. 221-228, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, verifica-se que o Tribunal de origem não se pronunciou sobre o conteúdo normativo do artigo 927 do CC, de modo que, no ponto, o conhecimento do recurso fica inviabilizado, em razão da ausência de prequestionamento quanto à questão suscitada no recurso.

Ademais, nas razões do especial, o recorrente deixou de apontar eventual violação do artigo 1.022 do CPC/15, a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.

Na hipótese, portanto, incide o teor das Súmulas 211 do STJ, a saber: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo."*

Destaca-se o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] QUESTÕES NÃO DISCUTIDAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. O conteúdo normativo de todas as normas apontadas como violadas não foi debatido pelo Tribunal de origem, carecendo, no ponto, do imprescindível requisito do prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Dessa forma, mesmo tendo sido opostos embargos de declaração, estes não tiveram o condão de suprir o devido prequestionamento, razão pela qual deveria a parte, no recurso especial, ter suscitado a violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, demonstrando de forma objetiva a imprescindibilidade da manifestação sobre a matéria impugnada e em que consistiria o vício apontado. Inafastável, nesse particular, a Súmula n. 211 desta Corte. [...] 3. Agravo improvido. (AgRg nos EDcl no AREsp 740.572/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016) [grifou-se]

Cabe registrar, que esta Corte admite o prequestionamento implícito/ficto dos dispositivos tidos por violados, desde que a tese debatida no apelo nobre seja expressamente discutida no Tribunal de origem, o que não ocorreu na hipótese.

Precedentes:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ATO ILÍCITO. COMPROVAÇÃO. SÚMULA N. 7 DO STJ. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 211 DO STJ E 282 DO STF. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. NÃO OCORRÊNCIA. [...] 2. É

inadmissível o recurso especial se o dispositivo legal apontado como violado não fez parte do juízo firmado no acórdão recorrido e se o Tribunal a quo não emitiu juízo de valor sobre a tese defendida pela parte. Incidência das Súmulas n. 211 do STJ e 282 do STF. 3. **Há prequestionamento implícito dos dispositivos legais quando o acórdão recorrido emite juízo de valor fundamentado acerca da matéria por eles regida.** 4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 332.087/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 25/08/2016) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PERCENTUAL. ART. 20 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SEM MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA Nº 211 DO STJ. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. [...] 2. **Esta Corte admite o prequestionamento implícito dos artigos tidos por violados, mas desde que a tese debatida no apelo nobre seja expressamente discutida no Tribunal de origem.** 3. Ausência de alegação de violação do art. 535 do CPC/73 a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema. [...] 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 748.582/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 13/05/2016) [grifou-se]

Inafastável, portanto, o teor da Súmula 211 do STJ.

2. Outrossim, a parte recorrente afirma que não houve violação à coisa julgada, na medida em que na presente ação superou o vício que ensejou a extinção do outro processo.

Quanto ao ponto, extrai-se do acórdão recorrido (fls. 151-154, e-STJ):

Depreende-se da documentação anexada nos Documentos 24/26, que o ora apelante ajuizou idêntica ação de Indenização por Danos Materiais em face da ora apelada perante o Juizado Especial de Conselheiro Lafaiete/MG, processo este que recebeu o número 18316002820-9, pretendendo justamente a condenação da apelada no pagamento de indenização pelos danos materiais no valor de de R\$ 2.352,68 (dois mil e trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos), em razão do acidente de trânsito supostamente ocasionado pela apelada.

Ora, a simples leitura da petição inicial de ambas as ações revela a absoluta identidade dos argumentos utilizados pelo apelante e dos pedidos formulados nos dois feitos, de modo que a presente ação e aquela anteriormente ajuizada, de nº 18316002820-9, não apenas possuem idênticas partes litigantes e idêntico objeto, como também idêntica fundamentação e causa de pedir.

Nota-se ainda pelos Documentos 25/27 e pelas informações do próprio

apelante que aquela ação anterior já foi devidamente julgada, cuja decisão que extinguiu o feito sem resolução de mérito também já transitou em julgado.

[...]

Frente à conjuntura exposta, resta evidenciada a configuração da coisa julgada, situação que impõe a extinção do presente feito sem resolução de mérito, com base no art. 458, V, do CPC/2015.

[...]

No caso dos autos, verifica-se que a ação anteriormente proposta no Juizado Especial foi extinta sem julgamento de mérito, com fundamento na ilegitimidade ativa do apelante, o qual não sanou o vício antes de ajuizar a presente ação.

Nessa trilha, é forçoso reconhecer que a decisão que reconheceu a ilegitimidade ativa do apelante, proferida na ação interposta perante o Juizado Especial, foi alcançada pela coisa julgada formal.

Como se verifica, a Corte de origem, após ampla análise do acervo fático e probatório dos autos, concluiu que a segunda ação era idêntica à primeira, possuindo a mesmas partes, idêntico objeto, bem como idêntica fundamentação e causa de pedir. Ademais, também concluiu que o vício que levou à extinção da primeira demanda - ilegitimidade ativa -, não foi sanado na segunda, configurando-se a coisa julgada formal.

Diante desse contexto, a alteração das conclusões a que chegou o Tribunal local demandaria o reexame de matéria fática, providencia inviável em sede de recurso especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. COISA JULGADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015.

Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes.

No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

2. As conclusões do acórdão recorrido sobre a ocorrência da coisa julgada formal e material, e os critérios sopesados para a fixação dos honorários advocatícios, não podem ser revistos por esta Corte Superior, pois demandaria, necessariamente, reexame de fatos e provas, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Conforme Jurisprudência sedimentada nesta Corte Superior, o valor da multa cominatória (astreintes) não integra a base de cálculo da verba

honorária disciplinada pelo Código de Processo Civil de 1973.

Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1451023/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COISA JULGADA. AÇÃO IDÊNTICA JULGADA ANTERIORMENTE. MATÉRIA RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Para infirmar a conclusão a que chegou o Tribunal de origem acerca da existência de coisa julgada, por ter a segunda demanda judicial partes e objeto idênticos a anterior, seria necessário reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, soberanamente delineados pelas instâncias ordinárias, o que é defeso nesta fase recursal a teor da Súmula 7 do STJ.

2. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 497.181/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 22/11/2016) [grifou-se]

3. Por fim, a parte recorrente pugna pela exclusão da multa fixada em razão da oposição de embargos de declaração com intuito protelatório.

Com efeito, verifica-se que o dispositivo de lei apontado como violado - artigo 1.025 do CPC/2015 -, não possui comando normativo suficiente para sustentar a tese de que os embargos foram opostos com o objetivo de prequestionar a matéria discutida e possibilitar a admissibilidade do recurso especial.

Portanto, considerando que a incompatibilidade da fundamentação recursal com o dispositivo apontado como violado, e não tendo sido alegada violação à norma com carga normativa suficiente para alterar o julgado, incide o óbice da Súmula 284/STF.

Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ART. 513 DO CPC/1973. FALTA DE PERTINÊNCIA TEMÁTICA COM A TESE DO ESPECIAL. SÚMULA N. 284/STF. DECISÃO DE RELATOR. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando a Corte local pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos argumentos que, em princípio, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo. O fato de o Tribunal de origem não ter adotado a tese defendida pela parte recorrente não configura negativa de prestação jurisdicional.

2. O art. 513 do CPC/1973 não possui carga normativa para sustentar a tese de cerceamento de defesa, o que inviabiliza o conhecimento da insurgência, nos termos da Súmula n. 284/STF.

3. Nos termos do art. 557, § 1º, do CPC/1973 - vigente à época -, decisão monocrática de relator deve ser impugnada mediante agravo (interno ou regimental), não sendo aplicável o princípio da fungibilidade recursal para conhecimento de agravo de instrumento interposto contra essa decisão. Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1091409/BA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE NULIDADE DE TESTAMENTO - INOBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO - FORMALISMO QUE NÃO PODE SE OPOR À VONTADE DA TESTADORA - ALEGAÇÃO DE VÍCIO NO CONSENTIMENTO - INEXISTÊNCIA.

[...]

3. No que concerne à impossibilidade de ser a mesma pessoa testemunha, testamenteiro e inventariante, nota-se que o recurso especial encontra-se deficiente, porquanto esta Corte Superior entende que o dispositivo legal tido como violado deve conter carga normativa suficiente a alterar o julgado - hostilizado. Na hipótese vertente, o insurgente aponta ofensa à regra jurídica incapaz de exercer modificação no provimento jurisdicional atacado, razão pela qual o apelo extremo é deficiente, nos termos da Súmula n. 284 do STF. Ainda que assim não fosse, o aresto hostilizado está fundado na regra do art. 990, V, do Código de Processo Civil, que não fora objeto de impugnação pelo apelo extremo, motivo pelo qual incide por analogia a Súmula n. 283 do STF.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AgRg no REsp 1230609/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 02/10/2013) [grifou-se]

Cumpre esclarecer que o recurso especial não é via adequada para a análise de eventual ofensa à Súmula, porquanto não está compreendida na expressão "lei federal", constante da alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

4. Do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator